

PLANEJAMENTO URBANO BAIXO EM CARBONO

CASO: Montanhas protegidas em Villa Carlos Paz - Recuperar e revitalizar a paisagem patrimonial da cidade e seus serviços ambientais

PAÍS: Argentina

CIDADE: Villa Carlos Paz

POPULAÇÃO: 85.000



PLANEJAMENTO URBANO

CONTEXTO

A cidade de Villa Carlos Paz está localizada a 30 km a oeste da capital da província de Córdoba. Está rodeado pelas colinas de Carlos Paz, no seu lado oeste, e o cordão das Sierras Chicas, com alturas de 1200 metros, em direção ao Oriente. Ele está localizado nas margens do Lago San Roque, a 600 metros acima do nível do mar, no sul do Vale Punilla e no sopé dos Altos Picos..

O centro urbano da cidade de Villa Carlos Paz é atravessado pelo rio San Antonio e pelo córrego Los Chorrillos, que representam as atrações turísticas mais importantes durante o verão.



Imagem da cidade de Villa Carlos Paz, o rio San Antonio que atravessa e, ao fundo, a encosta que compõe a área protegida.

Fonte: Conselho de Planejamento Urbano Ambiental

Em 1998, a Área Protegida das Serras foi criada pela portaria municipal nº 3349. Em 2004, foi sancionada a portaria N ° 4280, através da qual é regulada a AP1 (Área Protegida 1) na vertente leste. Desde então, esse processo continuou como uma política de Estado.

DESCRIÇÃO

A partir da criação da Área Protegida, é proibida a modificação das características topográficas do relevo natural, bem como qualquer alteração ou modificação do ecossistema natural existente. Fracionamentos e subdivisões são proibidos e é estabelecido que todos os projetos, além de cumprir as disposições do Código de Construção, devem ter a aprovação do Conselho de Representantes. Esta medida contém o progresso das urbanizações e desmatamento na encosta, ajudando a preservar a encosta da montanha.

A opção adotada para poder sustentar a proteção da fralda montanhosa no tempo e para evitar de forma confiável sua modificação foi a desapropriação das terras por parte do município. Para isso, o município estabelece uma alíquota nos impostos destinados a um fundo de expropriação de falda (que em sua grande maioria está em mãos privadas). Então a decisão é aprofundada regulando e traçando os limites de aplicação por meio de um poligonal (ORDENANCES N ° 5310/2010) e zoneando a área protegida (PORTARIA N ° 6010/2015), permitindo gerar as desapropriações conforme a situação o exija. O processo de desapropriação começa em 2010. Na primeira terra desapropriada, a Sala de Aula Ambiental começa a operar em um prédio preexistente. Atividades de remediação educacional e ambiental começam lá, como no caso do Projeto de Parcelas Demonstrativas (remediação e recuperação da fauna e flora originais em alguns modelos), como o reflorestamento com espécies nativas responsáveis por escolas secundárias, seminários com especialistas em questões ambientais, Projeto Arbolar (viveiro de espécies nativas) para reflorestar as serras e controlar espécies invasoras.



Planta urbana da cidade e localização da área protegida.

Fonte: Conselho de Planejamento Urbano Ambiental

Atualmente, o progresso está sendo feito de forma participativa no Plano de Gestão da Área Protegida, através de uma equipe interdisciplinar (CPUA-Aula Ambiental) e com o assessoramento e apoio da Administração Nacional de Parques.

O objetivo primordial desta etapa, que busca ativar o processo de planejamento estratégico da área protegida, é que a comunidade participe e se aproprie desse espaço que faz parte do cotidiano dos habitantes da Cidade e do imaginário coletivo como um ícone de identidade, união, participação e legado.

Estas montanhas, agora protegidas, representam uma grande oportunidade para ressignificar a relação da população com a natureza e colocar em prática novas formas de desenvolvimento sustentável.

OBJETIVOS

- Preservar a paisagem montanhosa como fonte de identidade, um legado para as futuras gerações e uma capital turística.
- Proteger e restaurar a floresta nativa (plano contra incêndios, controle de espécies exóticas invasoras, restauração ecológica, controle de erosão).
- Aprofundar a valorização e apropriação cidadã das cadeias de montanhas (trilhas de reconhecimento, ecoturismo, atividades de pesquisa científica, ações de restauração experimental) nas áreas definidas por este motivo através do Plano de Gerenciamento.

CUSTOS/FINANCIAMENTO

Fundo de desapropriação das encostas: permite contar com fundos municipais específicos a partir de uma alíquota específica, para expropriar terras da encosta da serra. Atualmente, cerca de 68,5 hectares de floresta Serrano estão sendo desapropriados e serão incorporados em terras públicas municipais. Orçamento Municipal para os diferentes programas e projetos.

ESTRATEGIAS/RESULTADOS/IMPACTOS

A experiência tem instâncias de participação cidadã em escala local, nos estágios de diagnóstico, programação e decisão, e implementação. Os órgãos envolveram cidadãos independentes, instituições locais, organizações não-governamentais, organizações governamentais e organizações do setor privado. As propostas feitas pelos cidadãos foram levadas em consideração e implementadas, o que melhorou a relação entre o Município e os cidadãos.

Com base nessa estratégia, a proteção da falda com classificação constitucional foi alcançada, na Carta Orgânica Municipal (OMC) e o marco regulatório de proteção foi aprovado por meio de inúmeras portarias municipais.

Em 2007, foi sancionada a Carta Orgânica Municipal de Villa Carlos Paz, que estabelece em seus artigos 11, 12, 13, 14, 15 e 16 que o meio ambiente é patrimônio da sociedade; é obrigação do município preservar, conservar e melhorar o solo, a água, o ar, a flora e a fauna no território de sua jurisdição; e que as faldas das montanhas constituem seus recursos naturais e turísticos e devem ser protegidas por decretos e por acordos com Municípios e Comunas, Província e Nação.



Área protegida em recuperação.

Fonte: Conselho de Planejamento Urbano Ambiental

Em 2010, a portaria N ° 5310 que traça o poligonal delimitando a Área Protegida é sancionada. Este projeto foi elaborado e recomendado pelo Conselho de Planejamento Urbano Ambiental, órgão consultivo que se reporta diretamente ao Conselho de Representantes, criado pela Carta Orgânica Municipal e regulamentado pela Portaria nº 4.951. Começou a funcionar em março do ano de 2009. Está



conformado por instituições intermediárias da cidade, cujos membros trabalham no território, organizações não-governamentais ligadas ao meio ambiente e membros do Legislativo e da Secretaria Municipal. Em 2012, é sancionada a portaria nº 5509 que cria a Sala de Aula Ambiental na Área Protegida, que funciona em terras desapropriadas para esse fim pelo Município. Em 2013, o Conselho de Planejamento Ambiental Urbano convoca o Fórum Ambiental Urbano para que os vizinhos possam se pronunciar sobre diferentes alternativas para a Área Protegida. Mais de 90% escolhem a intangibilidade das encostas e a proteção da mata nativa. Em julho de 2015, foi sancionada a portaria nº 6010 que declara a Intangibilidade do Cordão da Montanha e o zoneamento da Área Protegida.

O desenvolvimento e implementação deste programa para a revitalização da encosta da montanha envolve toda a cidade, evidenciando isso na participação de uma multiplicidade de organizações e instituições. Os atores que intervêm são, por parte do estado municipal, o Conselho de Representantes através da sanção de portarias; a Secretaria Executiva Municipal que executa e aloca recursos e pessoal para o projeto e coordena os projetos dentro da área protegida e a elaboração do Plano de Gerenciamento. Somado a isso, o Conselho de Planejamento Ambiental Urbano (CPA), que elabora estudos e recomendações técnicas, convoca conversas com especialistas e fóruns com a comunidade e apoia o desenvolvimento de portarias e do Plano de Gerenciamento.

A partir do CPUA, são coordenados Fóruns Urbanos Ambientais envolvendo a comunidade que está sendo permanentemente consultada e tem participação ativa nas discussões e atividades relacionadas à área protegida, a Sala Ambiental, um espaço educativo e de implementação de projetos, como por exemplo o de viveiro, reflorestamento e controle de espécies exóticas invasoras. Desde a sociedade civil organizada, participam do programa a Fundação PANGEA, que realiza o projeto educacional AYNÍ na aula ambiental e outras atividades na área protegida, a ADARSA cuja participação é constante e apoia as atividades de ensino e pesquisa e o Centro do Bairro Altos de las Vertientes, que participa ativamente do plano de reflorestamento e controle de invasores em um espaço verde municipal adjacente ao bairro). As escolas da cidade estão promovendo e recebendo muitas atividades educacionais realizadas na área e, finalmente, a Administração de Parques Nacionais (APN) que presta aconselhamento e assistência ao Plano de Gerenciamento, além de estar construindo uma sede escritório na área protegida.

LIÇÕES APRENDIDAS/PONTOS DE DISCUSSÃO

A partir da experiência, propõe-se como um novo objetivo ter um plano de gerenciamento da área protegida no médio prazo, desenvolver um plano de combate a incêndios com infraestrutura adequada e gerenciar o controle de espécies exóticas para restaurar a mata nativa.

Do ponto de vista social, é necessário informar adequadamente a comunidade sobre os benefícios da área protegida, gerar novos canais de participação e começar a trabalhar em conjunto com um grupo de vizinhos protetores da área protegida. O objetivo é conseguir a apropriação e cuidado da área protegida pelos cidadãos, para garantir o legado para as gerações futuras.

No longo prazo, propõe-se estender a área protegida aos municípios vizinhos, gerando um corredor biológico regional ou provincial protegido. Ser capaz de executar o Plano de Gerenciamento da área protegida, desenvolver projetos estratégicos, gerar novas portarias e conseguir perpetuar essa experiência como política de Estado.

O desafio é conseguir tudo isso em um contexto no qual o governo provincial não concede os fundos da Lei Nacional de Florestas Nativas, fazendo com que os fundos compensatórios não sejam recebidos pelo serviço ambiental da área protegida, previsto em lei. Além disso, a maior parte das terras da área protegida é de propriedade privada, fazendo com que as desapropriações se movam lentamente e a falta de acordos provinciais ou regionais para a conservação e proteção de encostas dificultem a gestão e a regulamentação do território pelos municípios vizinhos e pela Província.

BIBLIOGRAFÍA

<https://www.villacarlosspaz.gov.ar/>

<http://www.cpua.gov.ar/>

<http://www.cpua.gov.ar/index.php?s=documentos&sb=documentos&g=estudio-del-rea-protegida>

AUTORES

Consejo de Planificación Urbano Ambiental - Villa Carlos Paz

Florencia Bordachar - Red Argentina de Municipios frente al Cambio Climático